



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

LEANDRO BELISÁRIO DE BRITO

**A PRESENÇA DA CULTURA CORPORAL INDÍGENA NO DOCUMENTO
CURRICULAR DO TOCANTINS NA ÁREA DE LINGUAGENS: EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Miracema do Tocantins, TO

2022

Leandro Belisário de Brito

**A presença da cultura corporal indígena no documento curricular do Tocantins
na área de linguagens: Educação Física**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
UFT – Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema para obtenção
do título de Licenciado em Educação Física, sob
Orientação do Prof.^a Dr. Jean Carlo Ribeiro.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B862p Brito, Leandro Belisário de.
A presença da cultura corporal indígena no documento curricular do Tocantins na área de linguagens: Educação Física. / Leandro Belisário de Brito. – Miracema, TO, 2022.
32 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Educação Física, 2022.
Orientador: Jean Carlo Ribeiro
1. Educação intercultural. 2. Educação física. 3. Indígena. 4. Documento curricular do Tocantins. I. Título

CDD 796

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LEANDRO BELISÁRIO DE BRITO

A PRESENÇA DA CULTURA CORPORAL INDÍGENA NO DOCUMENTO
CURRICULAR DO TOCANTINS NA ÁREA DE LINGUAGENS:
EDUCAÇÃO FÍSICA

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Educação Física, avaliada para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela banca examinadora.

Data de aprovação:

12/12/2022

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Jean Carlo Ribeiro, orientador, UFT.



Prof. Dr. Daniele Bueno Godinho Ribeiro, examinadora, UFT.



Prof. Dr. Diego Ebling do Nascimento, examinador, UFT.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu pai Silvestre Pinto Brito, minha mãe Delma de Lima Belisário de Souza Brito, minha esposa Kasia Aline Silva Milhomem, minha filha Ana Laura Milhomem de Brito e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida., pois sem eles este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Jean Carlo Ribeiro, pelos textos traduzidos, orientação, seu grande desprendimento em ajudar-nos e amizade sincera. Aos amigos pelo incentivo e grande ajuda com o fornecimento de material para a realização deste trabalho.

RESUMO

As escolas devem ser um “espaço de diálogo, de comunicação, no qual as possibilidades de acesso ao conhecimento e o compartilhar de valores e atitudes levem em consideração a premissa dessa inter-relação” (OLIVEIRA; DAOLIO, 2011, p. 3).desta maneira o presente trabalho tem como objetivo destacar e analisar os elementos vinculados à história e cultura indígena na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos conteúdos programáticos da Educação Física no Documento referencial curricular do Estado do Tocantins para o ensino fundamental, para isso faremos uma breve apresentação dos povos indígenas presentes no estado do Tocantins. E usamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, e para a realização deste trabalho foram analisados os documentos norteadores para educação básica, tendo como documento principal o documento Referencial curricular do Tocantins Linguagens: Educação Física. Desta maneira no que se refere ao componente curricular Educação Física, as práticas corporais vêm divididas em seis unidades temáticas (Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura), destacando que estas devem ser abordadas respeitando as singularidades de cada estudante, permitindo aos estudantes o acesso às culturas das práticas corporais presentes nas aulas de Educação Física na escola, além da vivência e da experiência efetiva.

Palavras-chave: Educação intercultural. Educação física. Indígena. Documento curricular do Tocantins.

RESUME

Schools should be a “space for dialogue, communication, in which the possibilities of accessing knowledge and sharing values and attitudes take into account the premise of this interrelationship” (OLIVEIRA; DAOLIO, 2011, p. 3). In this way, the present work aims to highlight and analyze the elements linked to the history and indigenous culture in the National Common Curricular Base (BNCC) and in the syllabus of Physical Education in the Curriculum Reference Document of the State of Tocantins for elementary education. a brief presentation of the indigenous peoples present in the state of Tocantins. And we used bibliographical research as a methodology, and for the accomplishment of this work, the guiding documents for basic education were analyzed, having as main document the document Reference curricular of Tocantins Linguagens: Educação Física. Thus, with regard to the Physical Education curricular component, body practices are divided into six thematic units (Plays and Games, Sports, Gymnastics, Dances, Fights and Adventure Body Practices), emphasizing that these must be approached respecting the singularities of each student, allowing students access to the cultures of body practices present in Physical Education classes at school, in addition to living and effective experience.

Keywords: Intercultural education. Physical education. Indigenous. Tocantins curriculum document.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVO.....	10
3	METODOLOGIA.....	11
4	REFERENCIAL TEÓRICO	12
4.1	Educação física e educação intercultural.....	12
4.2	Educação intercultural	13
4.3	Aspectos legais da interculturalidade no âmbito escolar	14
4.3.1	Constituição Federal de 1988	14
4.3.2	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	15
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
5.1	Cenário sobre o universo indígena no estado do Tocantins	16
4.5	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	18
5.1	Documento curricular do Tocantins	22
6	CONCLUSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Candau (2008, p. 2), a educação intercultural na escola, apresenta uma “[...] perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional, sendo complexa por estar atravessada por desafios e tensões, tornando necessária a problematização das diferentes práticas sociais e educativas”, havendo, portanto, uma relação de interação entre as diversas culturas.

Diante disso, compreendemos que a educação intercultural no âmbito escolar deve reconhecer as diferenças étnicas, culturais e religiosas entre os grupos que coabitam no mesmo contexto, assim o educador tem o papel de promover uma educação que relacione as pessoas de culturas diferentes, especialmente os professores com formação em Educação Física. Assim a construção de práticas e diálogos interculturais no âmbito escolar” se tornam grandes desafios que devem ser vencidos, destacando que ao “pensar a diversidade, valorizando e respeitando a cultura indígena devemos dialogar com as várias manifestações humanas para enriquecer nossas possibilidades de ser” (FERREIRA; PIMENTEL, 2013, p. 14).

As escolas devem ser um “espaço de diálogo, de comunicação, no qual as possibilidades de acesso ao conhecimento e o compartilhar de valores e atitudes levem em consideração a premissa dessa inter-relação” (OLIVEIRA; DAOLIO, 2011, p. 3).

Os professores dentro do âmbito escolar podem contribuir com “[...] uma prática pedagógica que promova uma educação intercultural deve se apropriar de conhecimentos referentes à cultura indígena para que a teoria fundamente a prática, e que prática apresente os aspectos fundamentais e que representem essa cultura” (FERREIRA; PIMENTEL, 2013, p. 92).

Neste sentido a lei nº 11.645, de 10 março de 2008, estabelece como obrigatoriedade o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de Ensino Fundamental e Ensino Médio, tanto públicas como privadas.

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 1998).

No estado do Tocantins, habitam oito etnias indígenas¹, situadas em diferentes regiões do estado, cada uma trazendo uma diversidade cultural em suas histórias, costumes, crenças e formas de sobrevivência. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) existiam aproximadamente acima de 13.171 indígenas em todo o estado do Tocantins.

Desta maneira justifico a realização desta pesquisa científica por se fazer parte de um período da minha atuação enquanto professor na Educação indígena no ano de 2009, lecionando na área de informática em Tocantínia-TO. Minha segunda experiência com povos indígenas, foi como treinador esportivo, responsável pelas modalidades de futsal e atletismo no CEMIX (Centro de Ensino Médio Indígena) na mesma cidade, entre os anos de 2014 e 2017. No ano de 2016, quando iniciei como estudante do curso de Educação Física, foram surgindo questionamentos sobre a abordagem das temáticas relacionadas à história e cultura indígena em documentos norteadores da Educação básica, especialmente sobre a presença de práticas corporais das culturas indígenas no Documento Curricular do Tocantins Linguagens, ao tratar dos conteúdos relacionados à Educação Física.

¹ Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá-Canoeiro (IBGE, 2010).

2 OBJETIVO

Destacar e analisar os elementos vinculados à história e cultura indígena na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos conteúdos programáticos da Educação Física no Documento referencial curricular do Estado do Tocantins para o ensino fundamental, para isso faremos uma breve apresentação dos povos indígenas presentes no estado do Tocantins.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada através de uma pesquisa documental. De acordo com a pesquisa documental:

[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. (SEVERINO 2013, p. 106)

Para a realização deste trabalho foram analisados os documentos norteadores para educação básica, tendo como documento principal o documento Referencial curricular do Tocantins Linguagens: Educação Física.

Também utilizamos como fonte de consulta: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN); Lei nº 9394/96, além de artigos referentes à temática deste trabalho, com o intuito de contextualizar sobre o tema.

Nos documentos supracitados foi analisado a presença da cultura corporal indígena em especificamente no Documento curricular do Tocantins na área de Linguagens: Educação Física.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Educação física e educação intercultural

Há muitas discussões sobre a temática educação intercultural, demonstrando a importância da inclusão dessas práticas no âmbito escolar, compreendendo que a “[...]escola deve ser um espaço de diálogo, de comunicação, no qual as possibilidades de acesso ao conhecimento e o compartilhar de valores e atitudes levem em consideração a premissa dessa inter-relação”, havendo diálogo e comunicação nos diferentes setores dentro da escola (OLIVEIRA; DAOLIO, 2011, p. 3).

Compreendendo que existem diferenças culturais dentro da escola, é importante que o “educando apreenda o conhecimento do outro, do diferente e com ele estabeleça um diálogo profícuo e mútuo, no qual as possibilidades não se encerram a partir de uma única visão”, possibilitando uma interação cultural igualitária e que haja a troca de conhecimento, respeito mútuo e valorização (OLIVEIRA E DAOLIO, 2011, p. 4).

Assim a perspectiva intercultural na escola deve romper com a ideia de cultura pré-estabelecida, no sentido que no âmbito escolar existem:

Diferentes saberes, sistemas de valores, sistemas de representações e de interpretações da realidade, hábitos, formas de agir, etc. E se diferentes culturas produzem diferentes estilos cognitivos, diferentes formas de percepção e diferentes estilos de aprendizagem, a escola, se quiser ser mais democrática, terá de optar por uma pedagogia intercultural, uma pedagogia de troca e partilha de experiências. Uma partilha entre as crianças e os adultos, os alunos e os professores, os pais e a escola, o lar e a escola, a comunidade e a escola, as várias crianças, os vários alunos e os vários professores (VIEIRA, 1999, p. 68).

Os alunos ao adentrarem na escola, devem compreender que “[...] são sujeitos portadores de saberes”, tendo um projeto amplo, algo consciente, mas focado nas experiências e vivências de cada aluno, compreendendo “toda prática escolar como uma prática cultural, devendo constituir-se, portanto, em espaço de diálogo” (OLIVEIRA; DAOLIO, 2011, p. 5).

As discussões que relacionam a educação intercultural e a Educação Física ainda se iniciaram na década de 1980, em meio a “crise epistemológica que culminou com a ampliação da visão de área e de sua ação pedagógica na escola” (OLIVEIRA; DAOLIO, 2011, p. 5). Esta crise permitiu uma ruptura com um tipo de intervenção em

que os sujeitos se preocupavam em educar o físico, com práticas voltadas a exercícios repetitivos e aulas centradas em gestos técnicos. Assim a educação intercultural é um dos pontos de partida que contribuíram e continuam contribuindo para a ressignificação das práticas escolares dentro das aulas de Educação Física.

4.2 Educação intercultural

Discussões relacionadas a educação intercultural vem se tornando a cada dia uma temática necessária na sociedade no que se refere ao seu caráter multicultural em que “diferentes grupos socioculturais conquistam maior presença nos cenários públicos” (CANDAU, 2011, p. 241) e também o âmbito escolar. Apesar de ocorrer discussões sobre questões étnicas, raciais, de gênero dentro da escola, ainda vem provocando muitos conflitos, pois ainda é um tema bastante complexo, que envolve todo o ambiente escolar e isso afeta todos os envolvidos neste ambiente desde alunos a professores.

Para os autores essa temática tem que ser discutida na escola regulada por:

Princípios de igualdade e respeito pelo diferente, mas para a qual os professores nem sempre estão preparados, considerando que foram formados para trabalhar em uma escola que prioriza o homogêneo e o uniforme, que considera o “diferente” como um “problema a ser resolvido”. (SILVA; REBOLO 2017, p. 179),

Sabemos que há muitos desafios, principalmente por que vivemos em uma sociedade em constante transformação, e marcada por lutas constantes na busca de combater as desigualdades presentes na sociedade em todos os aspectos, desta maneira há um grande desafio para a educação no que se refere a educação intercultural no sentido de “seu papel social na construção de uma sociedade mais justa, igual e solidária” (CANDAU, 2008, p. 2).

Neste mesmo sentido para Candau (2008, p. 2), a educação intercultural seria uma alternativa de “construção social, política e educacional”, que vai além das tensões e desafios provocados pelas desigualdades, mas sendo de suma importância discussões sobre a temática na escola.

Autores como Candau (2008, 2017), Fleuri (2002, 2003), Silva e Rebolo (2017), abordam sobre as diferentes abordagens que envolvem o multiculturalismo e a interculturalidade, relacionadas as “questões de gênero, sexualidade, relações

étnico-raciais, tensões entre igualdade e diferenças e direitos humanos” (SILVA E REBOLO, 2017, p.179).

Além disso, destacam que para que educação intercultural realmente aconteça é importante que o professor reflita e vivencie, ativamente, a diversidade dos grupos sociais, étnicos, religiosos, culturais etc. (SILVA E REBOLO, 2017). Diante disso é necessário que não se reduza a educação intercultural a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais (CANDAU 2009). Devem ocorrer dentro do âmbito escolar diversas mudanças que vão desde o sistema educativo a estrutura organizacional, ou seja, em toda a prática educativa e desta maneira permita uma educação que envolva a convivência de “diferentes grupos culturais” (SILVA; REBOLO, 2017, p.181).

Neste sentido o papel da escola não deve “ser apenas o de transmitir um determinado conhecimento, mas que é, também, o de se comprometer com atitudes que favorecem a produção e a (re) significação dos saberes e dos conhecimentos dos diferentes grupos culturais” (SILVA; REBOLO, 2017, p.181).

As diferenças presentes na escola devem ser consideradas nas relações interpessoais e nas práticas pedagógicas da escola, permitindo o aprendizado dos diferentes sujeitos, grupos, sociedades, respeitando e valorizando as diversidades culturais. Assim se construirá uma sociedade mais sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2009, 2011; FLEURI, 2002).

A Lei nº 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nas instituições de ensino fundamental e médio de todo o país, visa promover uma educação intercultural nas escolas do Brasil. Contribuiu para se houvesse mais debates sobre essa temática no âmbito escolar, mas ainda há muitos desafios a serem superados.

4.3 Aspectos legais da interculturalidade no âmbito escolar

4.3.1 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos povos indígenas brasileiros, o reconhecimento de sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições,

e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 2012 p. 134).

O texto constitucional indica que a preservação física e cultural de seus costumes e tradições sejam garantidos. Destacando que todos são iguais perante a lei e que os direitos devem ser garantidos na “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2012, p.13), em seu artigo 231 aborda a educação indígena.

Reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Ainda que o Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegura às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 2012, p. 130)

Diante disso de acordo com Grupioni (2000, p. 4) a educação indígena presente no âmbito escolar “constitui-se em instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas e deixe de ser instrumento de imposição dos valores culturais da sociedade envolvente”, destacando a importância de uma “cultura indígena, devidamente valorizada”, baseada no “conhecimento dos valores e das normas de outras culturas”.

4.3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (BRASIL, 1996), é um dos documentos norteadores da educação brasileira. Nele estão estabelecidas as leis e normas para o sistema educacional do país, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional da Educação Infantil até a Educação Superior.

Na LDBEN, os aspectos relacionados à Educação indígena estão presentes em dois momentos. O primeiro no Art. 26 que disserta sobre o Ensino Fundamental e Ensino Médio, enfatizando sobre o estudo obrigatório da história e cultura afro-brasileiras e indígenas nos conteúdos programáticos para as instituições de ensino.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Cenário sobre o universo indígena no estado do Tocantins

No que se refere ao cenário indígena no Estado do Tocantins, através de leituras e pesquisa compreendemos que a população indígena possui aspectos relacionados aos costumes e tradições culturais bem diversificados. Neste sentido no Estado do Tocantins apresenta oito etnias indígenas :Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá Canoeiros que ficam localizadas em diferentes regiões do estado nas terras indígenas, organizadas em comunidades conhecidas como aldeias (IBGE, 2010).

As diversas etnias buscam preservar e dar continuidade do uso de sua cultura e em especial as línguas maternas, que representam de fato a singularidade da diversidade dos indígenas em nosso estado. Em suas festas e rituais buscam mostrar o artesanato, pinturas corporais e adornos.

Desta maneira, apoiando-se nos estudos de Barbosa (2016), estão expostas informações sobre as etnias indígenas do Estado do Tocantins:

– Apinajé:

Os povos indígenas da etnia Apinajé habitam o norte do Estado em uma área com total de 141.904 hectares. Trata-se de uma terra que faz fronteira com os municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, Cachoeirinha e Lagoa de São Bento. Esta etnia sobrevive por meio da agricultura, caça e da coleta do coco babaçu e pertence ao tronco linguístico Macro-Jê. Tem uma população de aproximadamente 1.847 pessoas.

– Karajá:

Os indígenas da etnia Karajá habitam a região da Ilha do Bananal, entre os rios Tocantins e Araguaia, possuindo uma população de 3.198 pessoas. Tem como tronco linguístico Macro-Jê da família Karajá. Esta etnia vive do extrativismo, coleta de frutos do cerrado e da pesca. Destaca-se pela produção do artesanato como as bonecas Ritxòkò 3 (arte cerâmica) que retratam cenas do cotidiano: o parto, a morte, a caça e outros espaços e ciclos rituais do povo Karajá.

– Javaé:

Esta etnia indígena mora em barracas a margem esquerda do rio Javaé, também na Ilha do Bananal, possui atualmente uma população de 1.456 pessoas,

distribuídas em oito ou mais aldeias. As aldeias fazem parte do município de Formoso do Araguaia. Sobrevivem por meio da pesca, caça e produtos agrícolas.

– Xambioá:

Esta etnia está localizada no noroeste do Estado possuindo uma população de 269 pessoas.

– Krahô-Kanela:

A etnia krahô-kanela, possui um grupo formado por 84 pessoas e está localizada na região centro-oeste do estado do Tocantins, na Mata Alagada, próxima ao município de Lagoa da Confusão. Atualmente, vivem do cultivo de pequenas roças, criação de aves, porcos e de gado.

– Xerentes:

Esta etnia se denomina Akwẽ. Suas terras estão localizadas à margem direita do rio Tocantins e está dividida em terra Indígena Funil e Terra Indígena Xerente. Fazem fronteira com a cidade de Tocantínia, que atualmente possui entorno de 183.542 hectares, onde vive uma população de 3.017 pessoas. Pertencem ao grupo linguístico Macro-Jê e são falantes da língua Akwẽ.

– Krahô:

A etnia do povo Krahô faz parte do tronco linguístico Macro-Jê. Suas terras estão localizadas próximas aos municípios de Itacajá e Goiatins. Suas habitações são construídas num formato circular ao redor de um grande pátio vazio chamado de “Ka”. Trata-se de um espaço de convivência onde são realizadas discussões da comunidade indígena relacionadas às atividades que serão desenvolvidas. No mesmo local acontece a tradicional festa do povo indígena Krahô, a corrida de tora de buriti. Eles também fabricam artesanato de sementes de frutos do Cerrado, tais como: pulseiras e colares de miçanga e tiririca e artefatos de palha.

– Avá canoieiros:

Essa etnia é também conhecida como “canoieiro”. Falam a língua da família tupi guarani. No estado do Tocantins, os indígenas dessa etnia foram localizados no posto indígena Canoanã, no interior da terra indígena do Parque do Araguaia, às margens do rio Javaés, na Ilha do Bananal, sudeste do estado do Tocantins. Na região da Ilha do bananal há indígenas isolados, que não tiveram contato com outras comunidades.

4.5 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um dos documentos norteadores da Educação Básica, que define o “[...]conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”, contribuindo para que direitos de aprendizagens e desenvolvimento dos estudantes sejam assegurados (BRASIL, 2017, p. 9).

O documento serve de referência para a elaboração dos currículos escolares dos sistemas de ensino no Brasil referentes à “[...]formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (BRASIL, 2017, p.10).

O presente documento vem explicitando as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica em cada etapa da escolaridade desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo como objetivo, garantir que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes sejam respeitados.

Na BNCC, o componente curricular Educação Física tematiza as práticas corporais dividindo-as em seis unidades temáticas (Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura), destacando que estas devem ser abordadas como “[...]fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório” (BRASIL, 2017, p. 213).

Contribuindo para que os estudantes tenham acesso ao amplo universo cultural das práticas corporais presentes nas aulas de Educação Física na escola, os conteúdos devem ir além da “[...]vivência, a experiência efetiva das práticas corporais oportunizando aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde” (BRASIL, 2017, p. 213).

Neste sentido, observamos que no presente documento se destaca a importância de se compreender as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos que vivem em nosso país.

O Quadro 1 refere-se aos objetos de conhecimento relacionados à unidade temática “jogos e brincadeiras”, em que são abordados jogos de matriz indígena que devem ser abordados nas aulas de Educação Física na escola.

Quadro 1 - Unidade temática: jogos e brincadeiras

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Jogos e brincadeiras	3° ao 5° anos são citados: jogos de matriz indígena brasileira.	<p>(EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural. (EF35EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana.</p> <p>(EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas.</p> <p>(EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.</p>

Fonte: Brasil (2017).

Este documento é referência para que cada estado faça adequações de acordo com suas particularidades. No que se refere ao objeto de conhecimento sobre jogos

de matriz indígena devem ser enfatizadas suas características e sua importância como patrimônio histórico cultural.

Compreendendo que os jogos de matriz indígenas não devem ser vivenciados de qualquer maneira nas aulas de Educação Física, o professor deve promover aos alunos um conhecimento dos objetos de conhecimento presentes na BNCC de maneira contextualizada, para que os alunos possam além de vivenciar, aprender sobre aspectos relacionados aos hábitos e a cultura dos povos indígenas brasileiros, usando de múltiplas abordagens.

No que se refere à unidade temática “danças”, são abordados também as danças de matriz indígena brasileira.

Quadro 2 - Unidade temática: danças

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Danças	3° ao 5° anos são citados: as danças de matriz indígena brasileira.	<p>(EF35EF09) Experimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem.</p> <p>(EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana.</p> <p>(EF35EF11) Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares do Brasil e do</p>

		<p>mundo, e das danças de matriz indígena e africana.</p> <p>(EF35EF12) Identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presenciadas</p>
--	--	--

Fonte: Brasil (2017).

Destacando que não são citados exemplos dessas danças de matriz indígenas brasileiras, o documento destaca apenas que deve ser enfatizada a execução de elementos constitutivos comuns e diferentes como o ritmo, o espaço e os gestos nas danças populares do Brasil e do mundo e nas danças de matriz indígena de maneira geral.

Em relação à unidade temática “lutas”, temos a organização apresentada no quadro 3.

Quadro 3 - Unidade temática: lutas

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Lutas	3° ao 5° anos são citados: lutas de matriz indígena brasileira.	<p>(EF35EF13) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas presentes no contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana.</p> <p>(EF35EF14) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana experimentadas, respeitando o colega como oponente e as normas de segurança.</p> <p>(EF35EF15) Identificar as características das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana,</p>

		reconhecendo as diferenças entre lutas e brigas e entre lutas e as demais práticas corporais.
--	--	---

Fonte: Brasil (2017).

Podemos observar que não são citados exemplos de lutas das etnias indígenas brasileiras, mas o documento ressalta a importância de serem tematizadas no âmbito escolar nas aulas de Educação Física para turmas de 3º e 5º ano do Ensino Fundamental.

Nas unidades temáticas presentes na BNCC relacionadas ao esporte, ginásticas e as práticas corporais de aventura não são apresentados conteúdos relacionados a práticas corporais indígenas.

5.1 Documento curricular do Tocantins

O Documento Curricular do Tocantins está dividido em quatro cadernos relacionados às etapas da educação básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental. É organizado pelas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Ciências Humanas e Ensino Religioso, Ciências da Natureza e Matemática.

No documento são tematizadas as diversas práticas culturais e contemporâneas, marcadas pela formação da população tocantinense caracterizando a diversidade linguística e cultural no estado. Este destaca de acordo com a BNCC, que os estudantes devem “[...] compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais” (BRASIL, 2017, p. 63).

Este documento tem como objetivo fazer uma articulação entre as “competências da área de conhecimento e as competências específicas de cada componente curricular” permitindo ao estudante compreender as “linguagens como construção humana, histórica, social e cultural”, levando o estudante a explorar as diversas práticas de linguagens para que assim possa colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva de todo o país (TOCANTINS, 2019 p. 16).

Nos currículos da educação básica presentes no Documento Curricular do Tocantins na área de linguagens: Educação Física, são tematizadas práticas corporais que visam:

Alcançar as reais necessidades dos estudantes, compreendendo suas características e procurando enfatizar e respeitar a Cultura Corporal de Movimento em suas diversas formas de codificação e significação social, estando inserida na vida, não apenas como um movimento humano que se limita ao corpo, mas sim, como expressão da cultura, presente na história da humanidade (TOCANTINS, 2019, p. 344).

Fica evidente a proposta de contribuir para que os estudantes construam e reconstruam seus conhecimentos, e desta maneira ampliem “a consciência dos seus movimentos, respeitando seus limites e os limites do outro, e assim possam cuidar de si e dos outros no momento das práticas corporais” (BRASIL, 2017, p. 514).

Neste sentido resgatando o foco deste trabalho em analisar como os documentos norteadores da educação básica discutem a presença da cultura corporal indígena no referencial curricular do Tocantins na área de Linguagens: Educação Física, são enfatizadas as práticas corporais presentes nas unidades temáticas (Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura e as práticas corporais no meio líquido) destacando que devem ser respeitadas as características de cada região.

Isso pode ser observado no Quadro 4, em que são apontados os objetos de conhecimento e as habilidades relacionados à unidade temática “jogos e brincadeiras”, que citam práticas corporais indígenas.

Quadro 4 - Unidade temática: jogos e brincadeiras

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
	2º ano (1º Bimestre) é citado: Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto	(EF12EF01) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças

<p>Jogos e brincadeiras</p>	<p>comunitário das regiões do Tocantins e norte do Brasil, por exemplo: a corrida de tora.</p>	<p>individuais de desempenho dos colegas. (EF12EF02) Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem na comunidade.</p>
<p>Jogos e brincadeiras</p>	<p>3º ano (1º Bimestre) é citado: Brincadeiras e jogos populares do Brasil: brincadeiras e jogos de matriz indígena, exemplos: cabo de guerra, arremesso de lança, corrida de varinha de bambu, corrida de tora, zarabatana, dentre outros.</p>	<p>(EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural. (EF35EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os estudantes em brincadeiras e jogos populares de matriz indígena e africana. (EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana, explicando suas características e a</p>

		<p>importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas. (EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.</p>
--	--	---

Fonte: Brasil (2019).

Como podemos observar, o Documento Curricular do Tocantins, na área de linguagens: Educação Física, apresenta alguns conteúdos na unidade temática “jogos e brincadeiras”, que estão relacionados às práticas corporais indígenas e devem ser vivenciados nas aulas de Educação física escolar, nas turmas de 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, assim como a BNCC, outro documento norteador da educação básica.

Desta maneira, compreendemos que o Documento Curricular do Tocantins apresenta jogos e brincadeiras de matriz indígenas voltados especificamente para o estado do Tocantins, dando como exemplo a corrida de tora, presente na cultura dos povos indígenas Krahô, Xerente e Apinajé.

Esta prática obedece alguns ritos tradicionais e conectam-se a significados sociais e religiosos da cultura destes povos. Assim devemos compreender que o professor de Educação Física ao usar estes conteúdos em suas aulas, não deve apenas permitir a vivência a seus alunos, mas dedicar-se a uma contextualização dos conteúdos. Para a corrida da torra há toda uma preparação que inicia com o corte da madeira (buriti), momento que ocorre rituais de cantos e danças que expressam a identidade da cultura da etnia.

Em relação à unidade temática “danças”, outros conteúdos são indicados.

Quadro 5 - Unidade temática: danças

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Danças	<p>1º ano (3º Bimestre) é citado: danças do contexto comunitário em que cita as danças indígenas de maneira geral (dando ênfase ao local em que a criança/escola estar inserida);</p>	<p>(EF12EF11) Experimentar e fruir diferentes danças do contexto comunitário (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas), e recriá-las, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal. (EF12EF12) Identificar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças do contexto comunitário, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas.</p>
Danças	<p>3º ano (3º Bimestre) é citado: danças de matriz indígena, com ênfase no contexto tocantinense.</p>	<p>(EF35EF09) Experimentar, recriar e fruir danças populares de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem, com ênfase ao contexto tocantinense. (EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares de matriz indígena e africana. (EF35EF11) Formular e utilizar</p>

		<p>estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares de matriz indígena e africana. (EF35EF12) Identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discutir alternativas para superá-las.</p>
--	--	--

Fonte: Brasil (2017).

Podemos perceber a ênfase em danças de matriz indígena das etnias presentes nos Estado do Tocantins, mas sem apresentar nenhum exemplo de danças indígenas desta região.

Como este documento é um documento norteador para educação de nosso estado, quando falamos nos objetos de conhecimento referente às danças indígenas, poderiam aparecer exemplos de danças indígenas como :o Hetohokÿ e a Festa de Aruanã, permitindo os alunos além de vivenciarem, compreenderem sobre a cultura dos povos indígenas do Estado do Tocantins.

Nesta unidade temática também são citadas danças presentes no contexto comunitário e regional, que devem contribuir para que os alunos possam identificar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas, especialmente da cultura tocantinense, mas não faz referência a danças indígenas, assim como nos conteúdos também abordados na BNCC, relacionados a este componente curricular.

Já na unidade temática “lutas”, são apresentados alguns exemplos de lutas de matriz indígenas que podem ser vivenciadas pelos estudantes do 5° e 6° ano do Ensino Fundamental.

Quadro 6 - Unidade temática: lutas

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Lutas	<p>5º ano (4º Bimestre) é citado: Lutas de matriz indígena, com ênfase ao contexto tocantinense. Exemplo: o Idjassú (lutas de matriz indígena do Estado do Tocantins).</p>	<p>(EF35EF13) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas presentes nas lutas de matriz indígena e africana, com ênfase ao contexto tocantinense. (EF35EF14) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas de matriz indígena e africana experimentadas, respeitando o colega como oponente e as normas de segurança.</p> <p>(EF35EF15) Identificar as características das lutas de matriz indígena e africana, reconhecendo as diferenças entre lutas e brigas e entre lutas e as demais práticas corporais.</p>
Lutas	<p>6º ano (4º Bimestre) é citado: Lutas do Brasil, enfatizando as de matriz indígena: histórico, características e prática. Exemplos: Idjassú, huka-huka.</p>	<p>(EF67EF14) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas do Brasil, inclusive de matriz indígena valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais.</p> <p>(EF67EF15) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do Brasil, inclusive de matriz indígena respeitando o colega como oponente. (EF67EF16) Identificar as características (códigos, rituais, elementos técnico-táticos, indumentária, materiais, instalações, instituições) das lutas</p>

		<p>do Brasil, inclusive de matriz indígena. (EF67EF17)</p> <p>Problematizar preconceitos e estereótipos relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais, propondo alternativas para superá-los, com base na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito. (EF67EF17TO) Reconhecer a história e a localização geográfica das diferentes lutas presentes no Brasil, inclusive de matriz indígena.</p>
--	--	--

Fonte: Brasil (2019).

Como observamos são citados exemplos de lutas das etnias indígenas do Estado do Tocantins. Esta unidade temática permite ao professor fazer uso em suas aulas do objeto de conhecimento “Idjassú”, presente na cultura indígena da etnia Karajá.

Nesta luta, os praticantes iniciam em pé, se agarrando o oponente pela cintura, tendo como finalidade derrubá-lo ao chão. O atleta que vencer abre os braços e faz um tipo de dança em volta do oponente, além de cantar e imitar uma ave.

Esta prática, ao ser vivenciada nas aulas de Educação Física, contribui para que os alunos conheçam sobre cultura desta etnia, além de permitir que os professores ressaltem a importância de sua história, características e prática no âmbito escolar nas aulas de Educação Física para turmas de 5º e 6º ano do Ensino Fundamental.

Nas unidades temáticas relacionadas ao esporte, ginásticas, práticas corporais de aventura e práticas corporais no meio líquido, também presentes neste documento, não são apresentados conteúdos relacionados a práticas corporais indígenas.

6 CONCLUSÃO

Compreendemos que os documentos norteadores demonstram as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica, em cada etapa da escolaridade, com objetivo de apresentar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes.

Desta maneira no que se refere ao componente curricular Educação Física, as práticas corporais vêm divididas em seis unidades temáticas (Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura), destacando que estas devem ser abordadas respeitando as singularidades de cada estudante, permitindo aos estudantes o acesso às culturas das práticas corporais presentes nas aulas de Educação Física na escola, além da vivência e da experiência efetiva.

Assim, quando nos referimos aos jogos e brincadeiras de matriz indígenas, destacamos que cada região ou estado deve adequar seus currículos. No que se refere ao documento curricular do Tocantins, o professor de Educação Física deve não apenas permitir a vivência dessas práticas corporais em suas aulas, mas deve haver uma contextualização dos conteúdos, permitindo os alunos, além de vivenciarem compreenderem sobre a cultura dos povos indígenas do estado, e este trabalho poderá contribuir com a pesquisa e publicação de trabalhos relacionados ao tema.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cleide Araújo. **história e cultura dos povos**, 2016. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/207595>. Acesso em :01 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e desporto. **Referencial Curricular para Educação Indígena**, Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum - BNCC**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2012.

CANAU, V. M. A diferença está no chão da escola. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 4. E COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 8., 2008. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CANAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: CANAU, V. M. (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 154-173.

CANAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

FERREIRA, Gislane. PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Educação Física intercultural: diálogos com os jogos e brincadeiras Guarani. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/3166/0>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em :14 de outubro de 2021.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Do nacional ao local, do federal ao estadual** : as leis e a Educação Escolar Indígena. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em :10 de dezembro de 2021.

Leite, FRANCINALDO FREITAS. Saberes tradicionais krahô: Contribuições para Educação Física Indígena Bilíngue e Intercultural .Araguaína –TO, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/944>. Acesso em :15 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Rogerio Cruz. DAOLIO, Jocimar. Educação intercultural e educação física escolar: possibilidades de encontro. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 1-11, maio/ago. 2011. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/11348/0>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em :
https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2021.

SILVA, Vanilda Alves da Silva. REBOLO, Flavinês. A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 179-190, jan./mar. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/inter/a/qPLYDcBpqSgrLYKh5PfgjWw/?lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 43, p. 64-83/2021.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação, juventude e Esporte. Documento curricular do Tocantins: Linguagens Língua Portuguesa Língua Inglesa, Arte e Educação Físicas, 2019.